

FRANCK, Louis R. *Planisme français et démocratie*. In: *Revue économique*, volume 4, nº2, 1953. pp. 195-219.

LOUIS R. FRANCK – *PLANISMO FRANCÊS E DEMOCRACIA*  
(VERSÃO EM PORTUGUÊS)

**Observação: Este artigo foi traduzido para o português exclusivamente para ser usado no curso, e não para fins comerciais e de publicação.**

Se eu entendi bem o espírito da confrontação da qual a *Revue Economique* me convidou para participar, devo me esforçar em procurar até que ponto a economia dirigida ou planificada permaneceu, na França, compatível com a democracia, com a manutenção e a preservação das liberdades públicas e privadas. Precisaréi imediatamente as duas etapas que me parecem necessárias para esta confrontação:

- A economia dirigida ou planificada tal qual a França a concebeu e a praticou até agora comprometeu, ou corre o risco de comprometer, as liberdades públicas e privadas?
- E, por outro lado, por mais que a expansão da economia francesa numa determinada perspectiva social possa implicar certos imperativos, por mais que problemas permanentes e não resolvidos da estrutura econômica e social francesa possam comportar certas exigências inelutáveis, estas exigências e estes imperativos são compatíveis com a salvaguarda das liberdades públicas e privadas?

A primeira questão diz respeito apenas ao passado e ao presente. Deverá ser fácil responde-la, desde que estejamos de acordo sobre a definição de liberdades públicas e privadas. A segunda questão é muito mais complexa, muito mais grave e, por isso mesmo, sem dúvida muito mais interessante.

\*

\*       \*

Mas antes mesmo de abordar estes dois aspectos de nossa confrontação, é preciso voltar para as noções de economia dirigida ou planificada – e de liberdades ou de liberdade. Como muitas ideias aparentemente claras, sem dúvida elas se tornam mais confusas a partir do momento em que tentamos analisá-las.

Começamos pela economia dirigida. Para um economista como Hayek, tratar-se-ia essencialmente de uma tentativa de organização social segundo a qual a utilização racional de nossos recursos exigiria uma direção central e a implementação de todas as nossas atividades de acordo com um plano e um esquema, conscientemente elaborados.<sup>1</sup>

Hayek reconheceria certamente (e de fato ele o reconhece) que a intervenção do Estado na área econômica e social não significa necessariamente economia dirigida. Ele desejaria fortemente inclusive esta intervenção quando ela parecesse indispensável para o restabelecimento da livre concorrência.

Se adotarmos esta definição e esta tendência, poderemos afirmar que a França teve, a partir da Libertação<sup>2</sup>, um sistema de economia planificada? Sem nenhuma dúvida, o Commissariado Geral do Plano de Modernização e de Equipamento teve, desde a sua criação em 3 de janeiro de 1946, como missão mais geral promover o crescimento da produção nacional e as trocas internacionais da França e da União<sup>3</sup>, melhorar o rendimento do trabalho, assegurar o pleno emprego da mão-de-obra e elevar o nível de vida da população; para conseguir este objetivo, ele foi encarregado da elaboração de um plano de conjunto para a modernização e o equipamento econômico da Metrôpole e dos territórios de Ultramar. Na verdade, os esforços do Commissariado consistiram sobretudo no desenvolvimento das indústrias-chave (energia: carvão, eletricidade, combustíveis; siderurgia, cimento, material agrícola) e dos transportes. Veremos mais adiante as suas implicações; mas o plano tendeu a imprimir um estilo à economia francesa; de forma alguma ele procurou guiá-la em suas atividades cotidianas.

A economia dirigida vai muito além da intervenção do Estado; mas onde traçar esta fronteira? Para alguns, esta fronteira não existe; Ugo Spirito<sup>4</sup>, na época em que procurava definir, com base em Hegel, uma doutrina original do fascismo, podia declarar que não havia intervenção do Estado que fosse isolada no tempo e no espaço, que esta intervenção seria sempre infinita em suas consequências.

Não há dúvidas de que a ação orçamentária reflete, envolve a maior parte das intervenções do Estado na área econômica e social. Quando, como acontece atualmente na França, o orçamento, que gira em torno de 3.500 bilhões, atinge substancialmente 28% do produto nacional, ele exprime obviamente a profundidade, a intensidade dessas intervenções. Quando o

---

<sup>1</sup> Friedrich A. Hayek, *The Road to Serfdom*, University of Chicago Press, 1944, p. 35.

<sup>2</sup> O autor se refere aqui à libertação da França da ocupação nazista pelas forças aliadas em 1944-1945. [Nota da tradução]

<sup>3</sup> Ao falar da **União** o autor está se referindo à **União Francesa**, organização política criada pela Constituição do regime da Quarta República (1946-1958) e que reunia o território francês propriamente dito e os seus territórios de ultramar. [Nota da tradução]

<sup>4</sup> Ugo Spirito (1896-1979) foi um filósofo e um teórico do fascismo italiano. [Nota da tradução]

orçamento constitui a interseção onde convergem e se abrigam as despesas admitidas pelo Estado para os investimentos, a reconstrução e a defesa nacional, sem contar as do setor civil tradicional, ele constitui um ato de economia dirigida que não corresponde inteiramente à definição anterior, um ato que é votado de forma geralmente regular e que não compromete em nada, aparentemente, o livre funcionamento de nossa democracia. Excluiremos a partir daí esta ação orçamentária do campo das manifestações francesas de economia dirigida ou planificada?<sup>5</sup>

No passado, é preciso dizer com sinceridade, as intervenções que hoje nos parecem as mais ortodoxas, suscitaram reações tão profundas e tão violentas do que a economia dirigida uma ou duas gerações mais tarde. Estas reações eram frequentemente inspiradas pelo espírito de classe e pela defesa dos interesses de classe; mas não sempre.

Quando, nas vésperas da Primeira Guerra Mundial, uma parte do Parlamento francês se opôs ruidosamente à votação do imposto geral sobre a renda; quando, nos Estados Unidos, logo após esta mesma guerra, sob a pressão do “Businessmen’s National Tax Committee”, da “Tax League of America” e de grandes banqueiros como o Sr. Otto Kahn, o Congresso republicano abolia em 1921 o imposto sobre os lucros de guerra – não há dúvidas de que na França ou nos Estados Unidos os poderes públicos “dirigiam” a economia num certo sentido, um certo sentido de classe.

Mas, repito, o debate podia ter também um significado muito mais elevado e muito mais nobre. Em 1891 a Câmara francesa discutia o projeto da lei Méline que devia se tornar a carta de nosso protecionismo aduaneiro. O Sr. Léon Say, porta-voz da oposição liberal, se manifestou então, num belo movimento de eloquência e paixão:

“O senhor Méline ousou dizer que não havia nem protecionismo, nem livre-cambismo, que a política dos interesses era uma política do dia a dia, que ela devia mudar todas as manhãs; ele afirmou inclusive que se Cobden<sup>6</sup> fosse francês, se ele estivesse sentado nestes bancos, ele estaria de acordo com ele. Eis aqui, Senhores, um erro bem peculiar e não seria difícil mostrar que não é esta ideia nacional muito respeitável da qual falou o Sr. Deschanel que levou Cobden a fundar em seu país este grande sistema ao qual foi dado o nome de Cobdenismo. Trata-se de uma filosofia geral, talvez a mais alta filosofia do comércio até hoje concebida...

Posso dizer ao Sr. Méline: o senhor representa as ideias às quais eu me oponho apaixonadamente, eu confesso, eu me orgulho disso; sim, eu me oponho

---

<sup>5</sup> Pensemos em particular nas campanhas promovidas a este respeito pelo Sr. Pierre Mendès-France, que tem se esforçado há vários anos em esclarecer opinião pública sobre a necessidade das opções. [Nota da tradução: Mendès-France (1907-1982) foi um importante político francês de centro-esquerda bastante ativo entre o início da década de 1930 e o final da década de 1960; foi Ministro da Economia no Governo Provisório da Libertação em 1944-1945 e Primeiro-Ministro da França em 1954-1955, entre outros cargos].

<sup>6</sup> Richard Cobden (1804-1865) foi um industrial, economista e político britânico, notório defensor do livre-cambismo. [Nota da tradução]

apaixonadamente a estas ideias da reação, a estas ideias absolutamente hostis ao desenvolvimento natural da democracia francesa; elas ferem todos os meus sentimentos, a minha educação foi toda diferente, eu estou ligado a uma ordem de ideias totalmente contrária e eu detesto as suas ideias!”<sup>7</sup>

Nós encontraríamos a mesma veemência nos grandes liberais no que diz respeito à assistência ou à seguridade social; um dos mais importantes dentre eles, William Graham Sumner, que reinou entre 1872 e 1910 no ensino norte-americano e propagou de sua cátedra de Yale as doutrinas de um individualismo radical, podia dizer:

“Toda tentativa dos funcionários públicos com o objetivo de regulamentar os interesses privados representaria uma ameaça contra todas as tradições de liberdade civil que caracteriza o mundo ocidental; toda legislação social preparando para todos os cidadãos americanos um mínimo de segurança não passaria de uma tentativa degradante.”

E o presidente Herbert Hoover<sup>8</sup>, nas vésperas das eleições de 1932, que foram, para o Partido Republicano, o desastre que sabemos, se recusava ainda desesperadamente a considerar como uma obrigação do governo federal norte-americano a ajuda aos desempregados. Para homens como Léon Say, William Graham Sumner, Herbert Hoover, essas intervenções do Estado em questão aduaneira ou social despertavam a mesma indignação intelectual, a mesma inquietação que encontramos nos neoliberais de hoje a respeito da economia dirigida no sentido amplo do termo. A atitude deles não prova, de certa forma retroativamente, que não há fronteiras entre as intervenções econômicas e sociais do Estado e a economia dirigida no sentido amplo do termo?

É preciso, portanto, procurar mais longe.

A economia dirigida ou planificada é também definida como sendo caracterizada por intervenções públicas realizadas sem a adesão de uma fração representativa (digamos majoritária) da opinião pública e que têm como objetivo o de orientar a produção e a repartição dos bens e serviços de acordo com uma certa concepção do interesse geral. Esta concepção é definida pelo próprio grupo planificador que se encarrega também da execução e da vigilância do Plano.

Mas o que é este grupo planificador?

Num país totalitário, é óbvio que ele se identifica com o partido único que detém o poder.

Numa democracia formal, acreditamos que três hipóteses são possíveis:

---

<sup>7</sup> Chambre des députés, 28 avril 1891, pp. 711 et suiv.

<sup>8</sup> *Herbert Hoover (1874-1964) foi o Presidente dos Estados Unidos entre 1929 e 1933, e é conhecido mundialmente por ter sido em seu governo que eclodiu a grande crise econômica de 1929. Tentou a reeleição em 1932, mas foi derrotado por Franklin D. Roosevelt. [Nota da tradução]*

1. O grupo pode ser pública e oficialmente encarregado de “dizer” o Plano; foi o caso dos brain-trusts rooseveltianos<sup>9</sup> (e houve vários deles inclusive); é o caso, naturalmente, na França, entre outros, do Commissariado Geral do Plano: os recentes ataques da Confederação Geral das Pequenas e Médias Empresas<sup>10</sup> contra o Commissariado, ataques baseados essencialmente na ideia de que o Commissariado não teria recebido uma adesão majoritária e não seria responsável diante do Parlamento, revelam a desconfiança que ele desperta em determinada parte da opinião pública.

2. O grupo pode, de uma maneira de certa forma oculta, influenciar os poderes públicos com o objetivo de impregná-los com a sua própria filosofia; trata-se, podemos dizer, da planificação de base sinárquica. Não é de se duvidar que a economia de Vichy do verão de 1940 tenha sido preparada por grupos planificadores desta natureza.<sup>11</sup>

3. Finalmente, o grupo planificador pode se identificar pura e simplesmente com uma associação de produtores e de interesses privados, de base nacional ou internacional: por mais limitados que sejam a ação e a meta que este grupo se propõe a realizar, elas não são, entretanto, menos profundas.

Em qualquer caso, o grupo planificador se esforça, como dissemos, em dirigir a produção de acordo com uma certa concepção do interesse geral: escolha das produções; quantidades produzidas; locais de produção; escolha dos produtores. A ação sobre os preços e a distribuição são as suas ferramentas essenciais.

Um exemplo ilustrará o meu pensamento. Até aproximadamente o final de 1947, espíritos rigorosos apaixonadamente ligados ao racionalismo econômico, e constatando que as quantidades de carvão disponíveis na França eram insuficientes para cobrir as necessidades, preconizavam um duplo sistema de preços diferenciados; para a produção, os carvões mais indispensáveis às necessidades essenciais teriam sido pagos mais caro do que os outros a fim de estimular a produção; para o consumo, os carvões necessários às necessidades essenciais teriam sido vendidos menos caro e aqueles que atenderiam às necessidades menos essenciais teriam sido vendidos mais caro a fim de facilitar

---

<sup>9</sup> Os **Brains Trust** era o nome dado ao grupo de economistas e de universitários que aconselhava o Presidente Franklin D. Roosevelt no período da política do New Deal, nos Estados Unidos da década de 1930. [Nota da tradução]

<sup>10</sup> Como o próprio nome indica, trata-se de uma organização patronal francesa representando as pequenas e médias empresas. Criada em 1944, ela existe ainda nos dias de hoje com outro nome. [Nota da tradução]

<sup>11</sup> A planificação na França surgiu de fato no regime colaboracionista de Vichy (regime fantoche da França ocupada pela Alemanha nazista, 1940-1944) quando foi elaborado um **plano de dez anos** com o objetivo de reconstruir o país, recuperar o seu atraso industrial e tecnológico e promover uma urbanização controlada. Elaborado num contexto desfavorável (país sob ocupação estrangeira e em plena guerra), os resultados do plano foram pouco expressivos; entretanto, ele serviria de base e de referência para a planificação do pós-1945. [Nota da tradução]

o consumo dos primeiros e desencorajar o dos segundos. Tal sistema, que aliás nunca foi aplicado, não deixava de ter um atrativo puramente intelectual; ele se apoiava, podemos ver agora, na definição das necessidades ditas “essenciais”. No espírito de seus promotores, o sistema tendia a desenvolver os investimentos e a sacrificar as indústrias de bens de consumo e o próprio consumo doméstico de carvão. Trata-se, podemos dizer, de uma concepção heroica da economia planificada. No estado da regulamentação da época, este sistema poderia muito facilmente ter sido imposto ao país sem nenhuma discussão parlamentar. Ele não o foi; tivesse-o sido, sem esta discussão, ele teria sem dúvida atingido a nossa concepção atual de uma democracia liberal que não autoriza os planistas a fazerem dos franceses heróis contra a sua própria vontade.

Fora dos períodos de guerra onde a necessidade de uma direção central da economia não é, em geral, seriamente discutida, duas conjunturas levam ao planismo, além de toda filosofia geral, de todo desejo de potência e de imperialismo, de todo desejo de melhoria social ou de transformação radical da sociedade capitalista: as conjunturas da superprodução e da penúria. Nos casos de superprodução, soluções “dirigistas” foram frequentemente adotadas ou consideradas: lembramo-nos na França da tentativa (aliás abortada) chamada de projeto Flandin-Marchandreau que, no início de 1935, devia, por meio da constituição de acordos obrigatórios entre produtores, permitir a redução da produção especialmente em certos ramos do têxtil; durante a grande crise, a obra essencial dos cartéis europeus consistiu na redução dos excedentes disponíveis; nos Estados Unidos, os códigos Roosevelt de 1933 a 1935 e a “Agricultural Adjustment Administration” tiveram por objeto reduzir a superprodução industrial e agrícola. Nos casos de penúria, soluções “dirigistas” são igualmente adotadas ou consideradas: taxação dos preços, distribuição, controle do comércio exterior e das trocas. Eu gostaria de ressaltar a este respeito que o dirigismo da superprodução é geralmente melhor acolhido pela opinião pública do que o da penúria; o primeiro socorre os produtores, o segundo tenta geralmente socorrer os consumidores, especialmente os consumidores modestos. Inconfessas ou não, a adesão frequente ao primeiro e a revolta contra o segundo são incontestavelmente manifestações “de espírito de classe”.

Definir a liberdade é certamente ainda muito mais difícil do que definir a economia dirigida. Para Hayek, retomando a definição cara a Voltaire e a Kant, o homem é livre quando ele não é obrigado a obedecer às pessoas e sim às leis.<sup>12</sup> A definição é simples e bela; mas ela não seria um pouco falaciosa? Uma lei regularmente votada por uma grande maioria pode muito bem delegar imensos poderes a um grupo planejador; todas as leis do New Deal rooseveltiano foram votadas por grandes majorias e foi o mesmo caso para as leis da Frente Popular francesa de 1936<sup>13</sup> ou para as nacionalizações de 1945-

---

<sup>12</sup> HAYEK, *op.cit.*, p. 82.

<sup>13</sup> *A Frente Popular foi uma coalizão de partidos de esquerda que governou a França entre 1936 e 1938 e que se destacou entre outras coisas por uma política de estatizações e de*

1946.<sup>14</sup> Na realidade, dentro do espírito de Hayek e dos neoliberais, tais leis são inconcebíveis; elas não “deveriam” ser votadas numa democracia porque as delegações que elas implicam violam a “regra do Direito”, a *rule of Law*; como apoio a esta tese, podemos relembrar a ação da Corte Suprema dos Estados Unidos que, efetivamente, de 1935 a 1937, invalidou toda uma série de leis de delegação.

Mas o argumento se inverte imediatamente. O exemplo da Corte Suprema norte-americana revela de fato como a própria noção de liberdade pode mudar. Durante muitos anos, a Corte invalidou leis de justiça social que diziam respeito ao trabalho das mulheres e das crianças, ao salário mínimo, ao sindicalismo independente, porque elas violavam a liberdade dos contratos. Influenciada por alguns de seus membros mais ilustres como Oliver Wendell Holmes e Brandeis, a Corte derrubou pouco a pouco a sua jurisprudência; o que violava a liberdade ontem não a violava mais hoje. É preciso reconhecer que a noção de liberdade é variável, que ela evolui com o tempo e o meio social, que ela não é para Roma e os católicos sociais o que ela é para os puritanos da Escócia ou da Nova Inglaterra.

Porque não conceder aos neoliberais, sejam eles os próprios ingleses, os seus primos norte-americanos ou os seus epígonos da Europa central, que em seus países onde dominam o individualismo protestante e as admiráveis virtudes cívicas de cooperação que são o seu florescimento social, uma economia dirigida se impõe menos do que em outros lugares? A tradição centralizadora e hierarquizada da França, assim como a pouca inclinação dos franceses pela cooperação cívica não se adaptam necessariamente ao mesmo ideal.<sup>15</sup>

É fácil estar de acordo sobre as grandes liberdades públicas, de voto e de sufrágio, de palavra, de culto, de reunião, de associação, de greve, de imprensa. É mais difícil de estar de acordo sobre todas as liberdades individuais de conteúdo econômico e social: num país sangrado pelo custo da distribuição, seria óbvio não se proibir a abertura de novos comércios? Num país onde há seis anos toda tentativa de estabilização econômica trombou invariavelmente

---

*desenvolvimento econômico e pela criação de leis trabalhistas como as férias remuneradas, a semana de quarenta horas e as convenções coletivas. [Nota da tradução]*

<sup>14</sup> *O tema das nacionalizações (estatizações) do pós-guerra na França será tratado por este mesmo artigo mais adiante. [Nota da tradução]*

<sup>15</sup> Perdoem-me um relativismo cujos limites eu conheço. Mas procurando, para precisar a perspectiva com base na qual orientar este estudo, o absoluto da economia dirigida e o absoluto da liberdade – seria culpa minha não os ter encontrado? Que me compreendam bem, aliás: ninguém mais do que eu vibra ao ler os admiráveis textos que compõem o repertório do liberalismo político. Quer se trate dos esplêndidos *Speeches and Letters on American Affairs* de Burke, quer se trate dos *Mélanges de Politique et d’Histoire* de Benjamin Constant (“Quando a liberdade não existe mais, a espécie humana assume outra face...”). Quer se trate de Tocqueville, de Acton, de John Morley ou, mais perto de nós e que nos é tão caro, de Ellie Halévy – como esquecer o apoio que eles nos proporcionaram de 1940 a 1944; mas então a empreitada valia a pena. Confesso nunca ter pedido o auxílio de Montaigne, de Burke, de Benjamin Constant contra a nossa pobre economia planificada francesa.

nos caprichos do mercado da carne, seria óbvio não se poder interditar aos criadores a venda do seu gado acima de certo valor?

\*

\*            \*

O confronto entre duas noções tão imprecisas, tão incertas e que mais sentimos do que podemos definir, corre o risco naturalmente de prosseguir num clima de confusão intelectual.

São misturados voluntariamente os conceitos de economia planificada, de socialismo, de fascismo, de comunismo; em seu discurso de 9 de julho de 1952 na Convenção republicana de Chicago, o presidente Hoover condenava dentro da política democrata norte-americana a convergência diabólica dos três inimigos mortais do *American way of life*: a luta de classes de Marx, a burocracia de Mussolini e a técnica dos déficits orçamentários de Keynes. Afirma-se que o planismo econômico só é possível em regime de ditadura política. Estima-se que ele conduz necessariamente a essa ditadura; partindo-se do pressuposto de que a sua administração é infinitamente mais simples sob um regime de ditadura, não se deduz facilmente demais que planismo e ditadura se condicionam e se confundem? Parece-nos, ao contrário, que a ditadura política se afirma primeiramente como vontade de potência e usa em seguida as suas armas políticas com o objetivo de submeter o econômico a fins imperialistas no exterior e conjunturais (luta contra a crise) ou sociais dentro do país.<sup>16</sup>

\*

\*            \*

Seremos, portanto, levados naturalmente a seguir, no que diz respeito à França, um método empírico. Tentaremos classificar em grandes famílias, e sem nos preocupar muito em saber se elas estiveram ou não ligadas à economia planificada, as principais intervenções dos poderes públicos em matéria

---

<sup>16</sup> Na Itália, logo após a tomada do poder [*pelos fascistas*] em outubro de 1922, a política econômica foi liberal no sentido clássico do termo; Alberto de Stefani, primeiro Ministro das Finanças da Ditadura, era liberal. Foi por razões de segurança interna, puramente políticas, que Mussolini se livrou do sindicalismo livre em 1926 e por razões de prestígio político que ele estabilizou a lira num valor artificial que provocou em seguida toda uma série de medidas dirigistas ineficientes.

Na Rússia, a tomada do poder político em outubro de 1917 teve como objetivo a implantação de um regime econômico planificador e centralizado. Mas não foi obviamente um dirigismo econômico anterior que se desenvolveu na ditadura política, etc...

econômica e social. Procuraremos saber rapidamente com que procedimentos essas intervenções nasceram e se desenvolveram. Examinaremos quais foram as limitações que elas eventualmente trouxeram às iniciativas e às escolhas espontâneas dos cidadãos. Precisar se tais limitações violaram “a liberdade” e “a democracia” é assunto para julgamento individual e este julgamento procede, para nós, mais ainda do meio social e da sensibilidade do julgador do que de rigorosas definições intelectuais.

Desde a Libertação, podemos distinguir dois grandes períodos no desenvolvimento das intervenções concertadas do poder público em matéria econômica e social:

O primeiro, que termina no final de 1948, ainda é o período das grandes penúrias, penúrias que vão se atenuando ao longo do ano citado. Este período é, então, caracterizado pelo racionamento alimentar, pela distribuição industrial, pela fixação e pelo controle generalizados dos preços em todas as etapas, por uma estrita vigilância do volume das importações, do comércio exterior e dos movimentos de divisas submetidos ao Controle dos Câmbios. A evolução dos salários não foi menos rigorosamente determinada pelo governo no quadro de uma regulamentação que data do início da guerra. Todas estas medidas são logicamente impostas aos poderes públicos por uma situação objetiva difícil, cujos efeitos eles devem diluir com um mínimo de injustiça entre todas as classes da população. Entretanto, acreditamos que três grupos de iniciativas que datam da primeira parte deste período vão muito além do quadro de uma simples administração da pobreza geral. Estes grupos são:

- o extraordinário desenvolvimento da Seguridade Social pelo Decreto de 4 de outubro de 1945;
- a criação, já mencionada, do Comissariado Geral do Plano de Modernização e Equipamento em 3 de janeiro de 1946;
- as nacionalizações do Banco da França e dos quatro grandes Bancos de Depósito (2 de dezembro de 1945) acompanhadas pela direção e pela organização do crédito, e seguidas pelas nacionalizações da Eletricidade e do Gás da França (8 de abril de 1946), da maioria das companhias de Seguros (25 de abril de 1946) e finalmente das minas de carvão (17 de maio de 1946).

Não esqueçamos aliás que a Constituição que a França libertada aprovou em 1946<sup>17</sup> afirma solenemente em seu artigo 1º que: “A França é uma República indivisível, laica, democrática e *social*.”

---

<sup>17</sup> Trata-se da Constituição da Quarta República, regime republicano parlamentarista instaurado na França em outubro de 1946 e que durou até outubro de 1958. [Nota da tradução]

Bastante influenciado pelos trabalhos precedentes do Conselho Nacional da Resistência<sup>18</sup> nos quais as inspirações planistas e socializantes dominavam, o preâmbulo desta Constituição também precisa: “Todo bem, toda empresa cuja exploração ou adquiriu o caráter de um Serviço público nacional ou de um monopólio de fato, deve se tornar propriedade da Coletividade.”

O segundo período tem início durante o ano de 1948. Várias influências que é importante de esclarecer vão guiar a sua orientação.

Sob a égide do Comissariado Geral do Plano, os primeiros trabalhos dizendo respeito, na França, ao estabelecimento de um balanço nacional ampliando o orçamento público começam no final de 1947. Estes trabalhos vão ressaltar as condições de formação da inflação, tentar medir a desproporção inflacionária, considerar esses fenômenos como um todo do qual a alta dos preços e dos salários, e o aviltamento da moeda não passam de manifestações. Na perspectiva dessas técnicas novas, levando-se em conta também os métodos anglo-saxões e sobretudo os norte-americanos, a ênfase vai ser doravante colocada mais no controle do crédito e na pressão fiscal – meios reputados seguros de limitar o volume dos instrumentos de pagamento – do que no controle dos preços e dos salários que só age “na superfície” e não permite um bom equilíbrio da massa dos bens produzidos e das rendas disponíveis.

O fim das penúrias facilita aliás o relaxamento deste último controle; de janeiro de 1948 a junho de 1949, uma grande quantidade de preços é liberada total ou parcialmente. Naturalmente, a liberação dos preços leva em 11 de fevereiro de 1950 à liberação dos salários: o governo fixará apenas a partir daí o “salário mínimo interprofissional garantido”.

A implementação do plano Marshall, ao longo do ano de 1948, tem duas consequências aparentemente contraditórias. De um lado, o plano Marshall implica um planismo nacional coordenado e centralizado; o governo francês deve justificar as suas demandas e, para isso, deve integrá-las dentro de uma perspectiva unificada; para obter, em vista de financiar esses investimentos, o “desbloqueio das contrapartidas do Plano Marshall”, ele deve igualmente justificar, dentro um plano de conjunto, estes investimentos; a constituição da União Europeia dos Pagamentos, a técnica complexa dos direitos de saque, das frações condicional e incondicional da própria Ajuda, se por um lado elas visam uma liberação progressiva das trocas europeias, por outro elas introduzem um certo dirigismo superior em sua elaboração. Entretanto, esta liberação naturalmente tem início e prossegue. Um grande número de limitações à importação é suprimido.

---

<sup>18</sup> Criado em 1943, Conselho Nacional da Resistência foi o organismo que dirigiu e coordenou os diferentes movimentos da Resistência interna francesa contra a ocupação nazista na fase final da Segunda Guerra Mundial. [Nota da tradução]

A ação sobre os preços e a luta contra a inflação impulsionam duas categorias de medidas de inspiração liberal: o recurso às “importações” ditas de “choque” ou de “complemento” destinadas a pesar nos preços pelo aumento dos recursos; o esboço da luta contra as alianças de produtores, esboço recente e do qual a breve lei de 18 de julho de 1952 pode ser considerada como um prenúncio.

Todas estas influências são naturalmente confrontadas, desde junho de 1950 e dos acontecimentos da Coreia, por uma volta, aliás ligeira, a medidas mais dirigistas tomadas seja em favor dos consumidores, seja, por meio da organização dos grandes mercados agrícolas (especialmente dos produtos leiteiros) ou do desenvolvimento de certas indústrias estratégicas, em favor dos produtores.

Tais são, em seu conjunto, os contornos do planismo ou das intervenções públicas na França, num passado recente ou no presente. Situemo-los em relação à liberdade das iniciativas individuais e comecemos, para isso, pelas medidas mais importantes tomadas durante o primeiro período.

A organização da Seguridade Social, realizada pelo Decreto de 4 de outubro de 1945, não foi precedida por nenhum debate parlamentar na Assembleia consultiva. Assim foi decidida, por via puramente administrativa, uma reforma cujas repercussões na distribuição das rendas foram profundas e sem dúvida imprevistas. O princípio desta organização se apoia, como sabemos, no financiamento por contribuições baseadas nos salários. Tratando-se dos seguros sociais, dos acidentes de trabalho, dos benefícios familiares, o Decreto retomou as modalidades de financiamento anteriormente previstas na lei de 30 de abril de 1930 ou em vigor nas Caixas de Seguros e de Compensação; em outras palavras, a quantia das contribuições aumenta os custos de produção numa porcentagem dos salários que se estabelece aproximadamente em 40%; ela provoca o aumento, na mesma proporção, dos preços que pagam todos os consumidores. Assim, os jovens assalariados, são, em boa forma e sem filhos, financiam, em benefício dos aposentados, dos assalariados doentes ou encarregados de família uma Seguridade Social da qual ele se beneficiam pouco ou nada; institui-se então uma imensa e permanente transferência de rendas reais, dos primeiros para os segundos, que sem dúvida não é estanha ao mal-estar geral que a parte mais ativa e mais dinâmica da classe operária manifesta periodicamente. Na Inglaterra, como sabemos, uma parte muito importante da Seguridade Social recai no orçamento, isto é, nos contribuintes – e não nos consumidores. Não poderíamos contestar a magnífica expressão de solidariedade intersalarial que o nosso sistema promove; mas de forma alguma ele promoveu uma transferência de rendas dos grupos ricos aos grupos menos ricos; ele levou a uma extraordinária redistribuição das rendas entre as diversas classes de assalariados. A extensão do princípio geral de financiamento da

Seguridade Social, tal qual era aplicado antes da guerra, e num momento no qual ela era ainda embrionária, às modalidades de seu funcionamento atual, nos parece ser um dos mais curiosos exemplos de uma medida econômica essencial tomada aparentemente sem nenhum debate público real.<sup>19</sup>

O Comissariado Geral do Plano de Modernização e Equipamento é igualmente uma criação do Executivo e podemos frisar que nada, no decreto de 3 de janeiro de 1946, prevê a mínima responsabilidade do Comissariado diante do Parlamento. Ele é apenas responsável diante do Conselho do Plano, constituído pelo conjunto dos ministros competentes e por doze a quatorze pessoas escolhidas em função de suas capacidades e depois do aval do ministro da Economia Nacional.

Ao lado do trabalho aliás bastante útil das diversas Comissões de Modernização do Comissariado, é logicamente o papel do Comissariado no desenvolvimento dos grandes setores de base que lhe deu o seu grande prestígio; estes setores são os da energia (carvão, eletricidade, combustível), o da siderurgia, o do cimento, o do maquinário agrícola e naturalmente o dos transportes; a sua expansão decorre da política de investimentos neles realizada. Enquanto se prolongam as penúrias, esta política de investimentos considera que os grandes setores de base deverão beneficiar de uma prioridade absoluta quanto à repartição das matérias primas e dos equipamentos, ao fornecimento de crédito, à importação dos recursos necessários ao seu desenvolvimento, à distribuição da mão-de-obra disponível e mesmo de preços suficientemente remuneradores para permitir, por meio do autofinanciamento, o crescimento das imobilizações. Não há dúvidas de que logo após a Libertação, a ação do Plano em prol de uma ampla política de investimentos foi considerável; olhando com recuo no tempo, só podemos louvá-lo: ele de certa forma forçou os Franceses a um certo “heroísmo” econômico. Mas se a opinião pública tivesse compreendido melhor “que não se pode ter tudo”, ela teria se surpreendido menos com o fato de que o nível de consumo foi limitado devido a esta ampla e desejável política de investimentos. O Plano de certa forma decidiu – e praticamente sem debate – o que seria, efetivamente e num dado momento, o melhor para o país; ele poderia ter incluído o Parlamento nestas decisões.

Esta tendência encontraria o seu prolongamento na política de distribuição, aos grandes setores de base, de meios de financiamentos públicos provenientes essencialmente do Fundo de Modernização e de Equipamento. As prioridades reservadas a estes setores lhes conferiam não somente uma certa garantia de financiamento (nos limites dos recursos disponíveis do Tesouro), mas também condições de empréstimo relativamente vantajosas, os

---

<sup>19</sup> O que vem de ser dito diz respeito ao “regime geral” da Seguridade Social, e apenas em parte aos outros regimes, mas é de longe a fração mais importante dos recursos do sistema. Não é certo que o financiamento orçamentário teria modificado profundamente a incidência social desses encargos (no caso em que eles fossem cobertos por impostos indiretos), mas é um milagre que a questão tenha sido tão pouco discutida!

empréstimos do Tesouro tendo 4.5% de juros apenas e sendo reembolsáveis somente em 30 anos.

Diferentemente das duas medidas precedentes, as nacionalizações foram amplamente debatidas na Assembleia Constituinte e foram votadas por ampla maioria.<sup>20</sup> Os debates ocorridos naquela ocasião na Assembleia esclarecem a filosofia econômica da época. Confiança numa política planificada, desconfiança em relação ao capitalismo financeiro, busca da melhor política de expansão nacional animam um por um todos os relatores desses projetos. Para o Sr. Christian Pineau, “a nacionalização do crédito consiste essencialmente num plano de financiamento colocado a serviço de um plano de produção”.<sup>21</sup> No caso dos Seguros, o relator, o Sr. Maurice Montel, coloca que “a economia nacional, no estado em que ela se encontra, não pode tolerar empresas que, como as companhias de seguros, atribuem ao lucro imediato o predomínio sobre os interesses da coletividade”. Seria interessante relembrar o diálogo que colocou em campos opostos, durante esta discussão, os Srs. André Philip e Vincent Badie: ele ilustra a dupla concepção da liberdade que é o próprio objeto da proposta deste artigo. O sr. Philip, tendo declarado que o Partido Radical<sup>22</sup> havia inserido em seu programa a nacionalização dos seguros, prosseguia:

*Sr. André Philip:* “Se realizarmos agora o que está inscrito no Partido Radical, o que restará?”

*Sr. Vincent Badie:* “Restará a defesa das liberdades, Sr. Ministro...”

*Sr. André Philip:* “Não se pode negar, infelizmente, que as companhias de seguros, sobretudo por volta de 1924, de forma escancarada, talvez mesmo em datas mais recentes, mas de forma menos aberta, usaram os seus recursos com o objetivo de exercer certas influências políticas... É indispensável para as próprias liberdades de nossa democracia, Sr. Badie, que nos protejamos dessas influências, ainda mais perigosas quando elas estão ocultas”.<sup>23</sup>

No caso da eletricidade e do gás, o relator, Sr. Paul Ramadier coloca que as necessidades de equipamento impõem a nacionalização. De 1923 a 1929, a indústria privada só havia conseguido equipar aproximadamente entre 6 e 7 milhões de kwh, sendo que esta realização só havia sido possível “pela

---

<sup>20</sup> Bancos: 521 votos contra 35.

Eletricidade e Gás da França: 512 votos contra 64.

Minas de carvão da França: unanimidade dos votantes.

Seguros: 487 votos contra 63.

<sup>21</sup> Assembleia Nacional Constituinte, 2 de dezembro de 1945, p. 153 e seguintes.

<sup>22</sup> *O Partido Radical, ao contrário do que o nome dá a entender, foi um partido de orientação republicana centrista de classe média, tendendo mais para a esquerda ou mais para a direita conforme o momento, e que teve grande protagonismo na vida política francesa na primeira metade do século XX, vindo a presidir diferentes governos durante o regime parlamentar da Terceira República (1870-1940). As suas bandeiras em geral estavam ligadas à defesa da propriedade privada, da laicidade e de algumas reformas sociais.*

<sup>23</sup> Assembleia Nacional Constituinte, 23 de abril de 1946, p. 2127 e seguintes.

intervenção insistente a todo instante do Estado por meio de seus representantes governamentais ou administrativos”. A esta carência, “deve-se compensar com um crédito mais amplo, o crédito da nação, com iniciativas mais amplas e que só podem realizadas pela coletividade nacional”.<sup>24</sup>

Herança da guerra, as penúrias justificam durante toda este primeiro período a fixação e o controle dos preços, o congelamento dos salários, o racionamento alimentar, a distribuição dos produtos industriais. Estas medidas contêm dificilmente a inflação que duas desvalorizações traduzirão oficialmente no final de 1945 e em janeiro de 1948; o seu fracasso relativo pode ser explicado sobretudo pela impossibilidade na qual se encontrou o governo em controlar eficientemente os preços da carne, elemento essencial dos orçamentos familiares. Um processo de uma monotonia desesperadora se repete ao longo dos anos: a alta dos preços dos alimentos leva ao reajustamento dos salários e à alta dos preços industriais; a elevação dos salários, ao injetar na circulação um poder de compra novo desproporcional ao desenvolvimento da produção, provoca um novo aumento dos preços dos alimentos.

Da Libertação até fevereiro de 1950, os poderes públicos promovem sete aumentos salariais; cada um deles é acompanhado de uma das famosas “retificações gerais” dos preços e de um novo “teto”.<sup>25</sup> Entre os diversos ajustes oficiais, acontecem “evoluções” de salários, isto é, os empregadores consentem em aumentar de forma “ilegal” a remuneração de seu pessoal; os decretos de setembro de 1939 proibiam o aumento dos salários oficiais, mas, especialmente a partir da Libertação, eles jamais foram colocados em prática e, que nós saibamos, nenhuma sanção jamais foi aplicada nesta matéria. A disparada dos preços da carne a partir de fevereiro de 1947, em relação à qual o governo pratica a estranha política “dos olhos meio fechados”, é responsável pelo rápido fracasso da experiência Blum de baixa geram de 10% de todos os preços; ela será (apesar dos esforços de um ministro enérgico) indiretamente responsável pela demissão do governo André Marie – Paul Reynaud no verão de 1948.

<sup>24</sup> *Ibid.*, 22 de março de 1946, p. 1012 e seguintes. Encontraremos no pequeno opúsculo recente do Sr. Etienne Audibert, presidente dos Charbonnages de France, intitulado *Cinq ans de Nationalisation [em português, Cinco anos de Nacionalização – nota da tradução]*, uma acusação curta e virulenta contra a gestão precedente das Companhias privadas (páginas 4 a 7).

<sup>25</sup> *Datas* % de alta

Agosto, setembro de 1944 -----	39,7
Março de 1945 -----	41,3%
Evolução de abril de 1945 a maio de 1946 -----	25,9%
Julho de 1946 (conferência do Palais Royal) -----	25
Evolução de agosto de 1946 a janeiro de 1947 -----	6,7%
Março-junho de 1947 -----	7,6%
Julho de 1947 -----	13,5%
Evolução de agosto a novembro de 1947 -----	5,1%
Dezembro de 1947 -----	28,1%
Evolução de janeiro a agosto de 1948 -----	6,3%
Setembro de 1948 -----	12,7%
Evolução de outubro a fevereiro de 1950 -----	6,7%

Para avaliar esta política, apoiar-nos-emos mais especificamente nas técnicas de fixação e de controle dos preços.

### *1º Os modos de fixação.*

Os decretos de 30 de junho de 1945 precisaram, naturalmente sem debate parlamentar, as regras gerais de fixação e de controle dos preços. Sem levarmos ao pé da letra estes textos, podemos dizer de imediato que a evolução dos preços pode ser submetida a regras *autoritárias* ou à *negociação*. É claro que mesmo no caso de uma fixação autoritária, os profissionais são amplamente consultados e o projeto obrigatoriamente submetido ao aval *consultivo* do Comitê Nacional dos Preços, mas os poderes públicos permanecem inteiramente senhores de sua decisão. No caso de uma evolução negociada, por exemplo de uma baixa negociada, a fixação definitiva recebe o assentimento dos profissionais; mais frequentemente, a baixa negociada não se traduz pela publicação de um ato administrativo: em outras palavras, os poderes públicos são então privados de todo meio de garantir o caráter *geral* da baixa e de *sancionar* os que não o praticariam. É claro que os produtores, e mais ainda os intermediários, são muito apegados a este tipo de procedimento ou mais exatamente a esta falta de procedimento. O que se faz, então, é bem mais *corporativismo* do que *intervenção governamental*, isto é, as grandes federações profissionais aderem voluntariamente à política do governo crenes de que a sua adesão levará à adesão geral, porém incontrolável, de todos os seus membros. Este método foi seguido em 1949 e caracterizou a obra do governo do Sr. Antoine Pinay<sup>26</sup>; ele respeita em princípio as liberdades econômicas, desde que as tropas profissionais cerrem fileira em torno de seus estados-maiores.

Mas acontece que algumas baixas aceitas pelos meios profissionais sejam objeto de decisões administrativas que as tornam autoritárias e controláveis. Tais foram os casos da baixa Blum<sup>27</sup> de 1947 e de baixas localizadas obtidas na primavera de 1948 a pedido do presidente Schuman<sup>28</sup> e das organizações sindicais moderadas.

### *2º Princípios de fixação.*

O preço fixado é um preço limite, máximo, que reflete geralmente o custo de produção médio ponderado, de um conjunto de empresas-testemunhas; ele é, portanto, em princípio insuficiente para as empresas mal equipadas e amplo

---

<sup>26</sup> Antoine Pinay (1891-1994), famoso político liberal-conservador francês, foi Presidente do Conselho de Ministros no ano de 1952. [Nota da tradução]

<sup>27</sup> Léon Blum (1872-1950) foi um famoso político socialista francês, Presidente do Conselho de Ministros durante o governo da Frente Popular (1936-1938) e que governou provisoriamente a França em dezembro de 1946-janeiro de 1947. [Nota da tradução]

<sup>28</sup> Trata-se de Robert Schuman (1886-1963), político francês de tendência europeísta e que foi Presidente do Conselho de Ministros em 1947-1948. Foi o chamado Plano Schuman que deu origem à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1951. [Nota da tradução]

demais para aquelas que estão melhor equipadas; mas em seu conjunto, ele deve corresponder ao valor médio necessário para fazer todas as empresas sobreviverem. Um tal preço não é, portanto, um instrumento de seleção que permite o desenvolvimento das empresas melhor colocadas e a extinção gradual das unidades marginais; este não é o seu objetivo. Até janeiro de 1948, as amortizações admitidas nos preços tinham sido voluntariamente limitadas a níveis um pouco superiores aos de 1938-1939. Desde esta época, amortizações industriais muito maiores foram retidas, em vista de permitir não somente a renovação dos equipamentos, mas também, e em certos casos limitados, a expansão industrial pelo autofinanciamento. É certo que então a fixação do preço se torna o elemento auxiliar de uma certa política planejada de produção e de investimentos; ocorre a mesma coisa quando o preço inclui margens de modernização e de equipamento ou incentivos conjunturais. Tendo como objetivo essencialmente a proteção do consumidor, o preço fixado pode privar certos produtores de oportunidades que lhes ofereceria o livre mercado.<sup>29</sup> Num outro ponto de vista, aconteceu que a Administração taxasse em condições voluntariamente estreitas o preço de certos artigos para encorajar a exportação quando ela era possível em condições vantajosas (caso dos automóveis): o preço é ainda, neste caso, o instrumento de uma política orientada que não pode respeitar todas as liberdades.

### *3º Eficiência da taxação.*

Ela é evidentemente muito variável. Perfeita para os grandes produtos de base industriais dos setores nacionalizado ou privado, e para certos grandes produtos agrícolas como o trigo ou a beterraba, alimentares como o pão ou o açúcar – ela é mais aleatória para os produtos transformados, especialmente em seu estado comercial. Ela depende então essencialmente dos meios de repressão e das possibilidades de luta contra o mercado negro. Todas as vezes que o produtor pode praticar a retenção dos estoques, esta eficiência se torna ilusória.<sup>30</sup> É o caso, entre outros, da carne; uma taxação eficiente da carne significa *necessariamente* que a um certo momento o governo reconhecerá a necessidade de recorrer a “compras prioritárias” do gado, isto é, à *requisição*.

De uma forma geral, os preços dos estoques são um dos problemas mais difíceis que uma administração econômica tem para resolver e o conflito entre “valor de compra” e “valor de substituição” desses estoques constitui um debate desgastante e sem fim.

---

<sup>29</sup> Levando-se em conta a alta considerável dos preços das massas para papel suecas em 1950-1951, é certo que os produtores de massas franceses teriam tido, por exemplo, interesse em se beneficiar integralmente desta conjuntura e colocar preços com base nas tendências mundiais e não com base em deduções dos custos de produção, mesmo que com incentivos conjunturais. – Eis aqui um exemplo, entre outros, do conflito entre os princípios de plena liberdade de mercado e os de proteção ao consumidor.

<sup>30</sup> Uma lei de abril de 1947 que tornava ilegal a constituição de estoques superiores aos estoques “normais” não foi aplicada, pela impossibilidade de se definir o que é um “estoque normal”.

#### 4ª Sanções.

Uma das maiores críticas que os meios liberais têm feito à regulamentação dos preços, do abastecimento, da coleta dos produtos agrícolas ou da distribuição dos produtos industriais, consiste no fato de que ela leva à inflação de sanções administrativas, ministeriais ou municipais que privariam os delinquentes das garantias oferecidas pelos tribunais de direito comum. De fato, todo processo verbal de constatação é endereçado à magistratura competente pela Administração, com proposições visando à regulamentação judiciária ou administrativa da infração; a Magistratura decide sobre o modo de sanção e fica perfeitamente livre para resolvê-lo.

De 1945 à época atual, os efetivos reais disponíveis para o Controle Econômico foram reduzidos de aproximadamente 9.500 a 1.500 agentes. O quadro abaixo nos dá uma ideia precisa da natureza e das formas de sanções infligidas durante os três anos de 1945, 1948 e 1951.<sup>31</sup>

Anos	Sequências fornecidas pelo Controle Econômico		Sanções pronunciadas pelos prefeitos			Procedimentos judiciais			
	Transações	Multas	Fechamento	Proibição de exercer	Internamentos administrativos	Prisão	Multas	Fechamento	Proibição de exercer
	Quantidade/ Montante	Quantidade/ Montante				Quant./ Duração	Quant./ Quantia		
1945	100.309 895	108.296 667	3.300	622	2.425	5.109 / 1.801	12.167/ 294	0	12
1948	12.651 536	53.785 1.547	3.522	1.068	0	7.764 / 2.646	16.941/ 1.256	0	97
1951	1.653 214	800 152	1	0	0	281/143	663/631	0	0

Esta tabela traduz eloquentemente “o retorno à normalidade”.

<sup>31</sup> Montante das transações e das multas em milhões. Duração da prisão em número de anos.

Acrescentemos que nos diz respeito às multas administrativas o seu montante é sempre submetido ao aval de Comissões Contenciosas Departamentais e de um Comité Contencioso Nacional onde se encontram os representantes dos profissionais.

Durante o segundo período ao qual eu aludi atrás, o retorno a um liberalismo moderado que se traduziu pela liberação progressiva das trocas internacionais manifestou-se, no interior de nosso país, pelas técnicas de importações de complemento e pelo esboço de luta contra as ententes de produtores. Mas os acontecimentos da Coreia deviam levar a uma renovação da inflação e ao aumento massivo dos preços; a política central do crédito continuou a ser um dos instrumentos de ação dos poderes públicos que desencadearam então igualmente ações esporádicas para limitar altas de preços muito espetaculares. Passemos em revista algumas dessas tentativas.

As importações de choque, ou de complemento, têm como objetivo promover o crescimento dos recursos alimentares nacionais (carne, produtos leiteiros, legumes ou frutas, batatas) e certos recursos industriais (têxteis, calçados, artigos de quinquilharia, etc.); quando elas podem ser efetuadas a preços nitidamente inferiores aos nossos e são ainda ajudadas por uma suspensão ou uma redução dos direitos de alfândega, elas permitem que sejam oferecidos ao público estes recursos suplementares a preços inferiores aos preços internos; elas provocam então naturalmente a queda destes últimos por duas razões convergentes: crescimento da oferta, oferta a preço reduzido. Elas foram frequentemente retomadas na área alimentar sobretudo no outono e no inverno; na área industrial, os poderes públicos recorreram a ela no final do ano de 1949, logo após a última desvalorização do franco, e no final do ano de 1950, logo após os acontecimentos da Coreia.

Estas medidas, que se encaixam na mais pura tradição liberal, sempre provocaram veementes protestos dos meios rurais e industriais e o Parlamento, em cada ocasião, foi a caixa de ressonância destes protestos. Logo que elas foram tomadas, protestou-se seja contra o aviltamento dos preços agrícolas e a ruína do campo, seja contra a crise industrial, e foi evocado o fantasma do desemprego. Estes protestos revelam a força de nossos sentimentos protecionistas; no momento em que o governo bem inspirado trabalha em favor da liberdade, ele é acusado de práticas desumanas e ditatoriais; os consumidores, apesar de diretamente interessados na amplitude e no sucesso dessas importações, jamais tomaram o seu partido.

A luta contra as ententes – que já se manifestou pela passagem na Assembleia Nacional de um grande projeto de lei antitruste em instância diante do Conselho da República – foi a ocasião do voto e da promulgação de uma lei provisória muito curta, dita do 18 de julho de 1952, que associa à prática de preços ilícitos a política de ententes de produtores e sindicatos profissionais de fixar preços mínimos. Esta pequena lei, que poderá ser muito eficiente, deverá em suma permitir a volta às relações pessoais e diretas entre compradores e vendedores, em todos os casos em que balcões de venda faturavam, até aqui, eles mesmos um preço mínimo idêntico a todos os seus clientes. Ela deverá proibir, especialmente nos mercados públicos, todas as práticas limitando a

concorrência e levando à identidade de preços pelos diversos fornecedores consultados. Nada era mais desejável do que esta medida; amplamente debatida, favoravelmente acolhida pela opinião pública, ela é um excelente exemplo de uma intervenção governamental de inspiração democrática que deve pouco a pouco substituir o planismo dos interesses privados pela liberdade das transações.

Conjuntamente dirigida pela Direção do Tesouro do Ministério das Finanças, pelo Banco da França e pelo Conselho Nacional do Crédito, a política do crédito devia, como dissemos, constituir, no arsenal governamental, um instrumento de luta eficiente contra a inflação. Criado pela lei de nacionalização de 2 de dezembro de 1945, o Conselho Nacional do Crédito é composto, sob a presidência do ministro das Finanças ou do diretor do Banco da França, por 38 membros dos quais 17 representam “as forças ativas” do país, 7 o governo, 7 os institutos de crédito públicos e semipúblicos e finalmente 7 outros membros escolhidos em função de sua competência. É visível que procurou-se dar a este organismo uma composição equitativa e democrática que permitia uma representação racional dos interesses em causa. Por outro lado, a opinião profissional parece se submeter com mais boa vontade ao controle do crédito do que a um controle dos preços; o primeiro age num nível superior, por instruções que se diluem pouco a pouco por entre os bancos; ele não coloca em questão diretamente tal ou tal empresa: trata-se de um meio de luta contra a inflação que não se traduz, contra tal ou tal delinquente, por processos verbais, transações, multas, fechamentos de estabelecimentos ou condenações judiciais. Na hierarquia dos meios, trata-se de um meio “nobre”, “distinto”, e tudo acontece entre pessoas de boa índole. Quando, a pedido do governo, as autoridades responsáveis pelo crédito recomendam, aos estabelecimentos que o distribuem, reduzir os seus créditos à viticultura, aos criadores de gado, aos exploradores florestais, o objetivo buscado é impedir a retenção do vinho na propriedade, do gado ou da madeira – e, portanto, aumentar os recursos comercializáveis e moderar os preços. Por razões que se devem a aspectos obscuros da natureza humana, estas medidas, se elas despertam protestos, são pelo menos mais facilmente recebidas do que uma taxa dos preços do vinho, do gado e da madeira. Mas não parece que a eficiência do sistema seja tão perfeita quanto deveríamos esperar. A manipulação das taxas de desconto e de interesse, a dupla disciplina dos “limites de efeitos públicos” e sobretudo dos “tetos de desconto” deveriam, em período de turbulência econômica e monetária, permitir a contração rápida e geral dos créditos bancários. Ora o que aconteceu nos últimos meses do ano de 1951?

“Os usuários de crédito têm vantagem em aumentar o seu endividamento para se dotarem de equipamentos e de estoques, e isto ajuda a explicar a tendência constante ao desenvolvimento dos recursos ao crédito que cresceram em 40% para o conjunto do ano, dos quais 15% para os últimos

três meses do ano e que, no final de 1951, atingiam quarenta vezes o seu volume de antes da guerra.”<sup>32</sup>

Os meios profissionais criticaram as autoridades responsáveis por esta política, pelo aumento das taxas de desconto, das práticas que satisfariam as necessidades do Estado ou das grandes empresas, das limitações quantitativas brutais da massa dos créditos autorizados. A cada uma dessas reclamações, o excelente *Relatório* do Conselho Nacional para 1951 traz uma resposta pertinente. Ele reconhece lealmente que “as experiências feitas na área da *discriminação* pelo meio de instruções gerais parecem colocar em evidência que as discriminações reivindicadas são tão difíceis de definir quanto mal suportadas pelos banqueiros e pelos clientes”.<sup>33</sup> Não poderíamos explicar melhor; mas não seria reconhecer que todo período de inflação provoca reações anárquicas em todos os meios profissionais e que é por meio de uma limitação de suas liberdades (no caso, a liberdade de direito ao crédito) que podemos limitar os estragos?

Simultaneamente, e a partir do outono de 1950, voltava-se ao bloqueio nuançado de certos preços; em setembro de 1951, o governo decidia pela redução autoritária de 10% de todos os preços de varejo da carne. Sem dúvida esta última medida era *stricto sensu* arbitrária: pelo menos ela permitiu momentaneamente que se moderassem as pressões inflacionistas; ela era resultante diretamente da técnica dos atos do governo, *ultima ratio* dos períodos de perigo nacional.

\*

\*        \*

Assinalamos no início deste ensaio que a expansão ulterior da economia francesa podia comportar certos imperativos que não é certo que pudessem ser, todos eles, conciliáveis com a preservação de todas as liberdades econômicas tradicionais.

Os grandes problemas da economia francesa nos parecem ser atualmente:

- uma melhor organização do sistema fiscal;
- a elaboração de uma informação econômica e estatística geral;
- uma melhor repartição do trabalho entre as diversas empresas cujo conjunto dos custos de produção está excessivamente grande;

---

<sup>32</sup> Sexto *Relatório anual* do Conselho Nacional do Crédito, ano 1951, p. 45.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 43.

- uma melhor repartição do pessoal entre os setores da produção e os da distribuição e dos Serviços;
- as dificuldades provocadas pela penúria de divisas fortes;
- as consequências da integração progressiva (se uma tal integração ocorrer) da economia francesa na economia europeia.

Cada uma destas grandes e difíceis questões precisaria de longos desenvolvimentos e só podemos, no espaço deste ensaio, passa-las por cima.

Não é necessário insistir muito na necessidade de uma reforma e de uma melhor organização fiscal; está na tradição francesa que este problema seja amplamente debatido pelo Parlamento, mas está longe de ser certo que este debate levará à reforma ideal. Qualquer espírito não avisado reconhecerá em todo caso que a fiscalidade atual é profundamente chocante para os democratas sinceros.

A elaboração de uma informação econômica e estatística séria está na base de toda ação racional e concertada dos poderes públicos; as técnicas de contabilidade e do balanço nacional fazem parte doravante dos meios de ação de um Estado moderno e as nações mais liberais, como os Estados Unidos, frequentemente recorrem a elas. Desde que a maioria das formas de controle sobre a repartição e os preços foram abolidos, nada mais obriga, na França, às empresas a informar os poderes públicos sobre a sua situação real; a liberdade do segredo é, talvez, aquela à qual elas se apegam mais. Mesmo quando algumas dentre elas são amplamente beneficiárias por uma ajuda orçamentária – e é o caso dos negócios cujas exportações são subvencionadas – elas acolhem os pedidos de informação vindos da Administração com a mais viva repulsa. Trata-se aqui de uma situação indefensável e a obrigação de fornecer informações deveria se tornar legal.

O ceticismo com o qual os meios profissionais acolhem o balanço nacional pode muito facilmente ser explicado: este balanço deve permitir que se acompanhe a evolução da renda nacional e mais ainda a evolução de sua repartição entre os diversos grupos sociais. Aí está o drama; o capitalismo expansivo dos Estados Unidos acredita em sua missão universal; ele se vê como o agente de uma melhora constante do nível de vida; ele se orgulha de seus benefícios e o confessa; trata-se de um capitalismo aberto. O capitalismo europeu é um capitalismo envergonhado que, com ou sem razão, tem a consciência pesada. Trata-se de um capitalismo fechado.

Uma das características essenciais da produção francesa consiste, para um mesmo tipo de produção, na grande disparidade dos custos; ao lado de unidades admiravelmente equipadas, concebidas para a produção em massa, subsistem ainda negócios antiquados, de tipo artesanal, com base em equipamento superado. O desenvolvimento normal do capitalismo tradicional

implicaria o desaparecimento progressivo dos segundos em proveito dos primeiros e, conseqüentemente, em benefício dos consumidores; mas nada disso aconteceu. Seja pelo jogo dos acordos de preços, seja mais frequentemente ainda em seguida a um ajustamento inconsciente no meio social, tudo se passa como se as empresas mais bem equipadas vendessem a preços permitindo às unidades marginais de sobreviver: elas fazem lucros que, reinvestidos nos negócios quando eles não são exportados para o exterior, aumentam ainda mais a disparidade entre os equipamentos; há aí um círculo vicioso sem fim e é preciso admitir que todos os esforços mais louváveis com o objetivo de melhorar a produtividade, ou de fazer o público se beneficiar destas melhorias, trombarão ainda durante muito tempo neste obstáculo. Só há neste caso duas soluções possíveis; ou um dirigismo total que levaria ao fechamento progressivo das unidades marginais e ao reaproveitamento da mão-de-obra<sup>34</sup> ou um liberalismo corajoso que se manifestaria na redução das tarifas protecionistas e na volta a uma sã concorrência entre produtores franceses e estrangeiros. Preciso acrescentar que o segundo método me parece muito mais desejável? Mas ele não é nada fácil em sua aplicação: basta lembrar com que clamores foram acolhidas as modestas “importações de complemento” realizadas durante o outono de 1949 e de 1950. De qualquer forma, é interessante notar que, nesta área, dirigismo e liberalismo real são, em suma, equivalentes.

O peso e o custo da distribuição são, na França, um lugar comum das discussões econômicas. Não é um aumento do número dos distribuidores que é um mal em si mesmo: o que é um mal, é que esta multiplicação se produza sem que a população, de um lado, e o volume da produção agrícola e industrial, do outro, tenham notavelmente aumentado.<sup>35</sup> Podemos dizer que a decisão governamental de dezembro de 1945, que autorizou a abertura de novos pontos de venda, consistiu num grave erro e nos mais contestável dos “retornos à liberdade”. Dois dos meios aos quais podemos pensar para sanear o setor comercial, a saber de um lado a proibição de abrir novos fundos de comércio e, de outro, a cessação de todos os constrangimentos discriminatórios que o legislador usou para golpear os meios de distribuição modernos (grandes lojas e estabelecimentos com múltiplas filiais ou a preço único, caminhões-bazares) estariam inspirados, o primeiro num dirigismo salutar, o segundo no melhor dos liberalismos.

A penúria das divisas fortes tornará ainda por um algum tempo inevitável um certo planismo das trocas e do comércio exterior; este planismo pode ser puramente nacional; ele pode se tornar também intereuropeu ou intercontinental;

---

<sup>34</sup> O que pressupõe, naturalmente, que o problema da habitação tenha sido resolvido.

<sup>35</sup> Nos Estados Unidos, a própria quantidade dos distribuidores e das atividades de serviços pessoais aumentou depois de 1929. Mas, a partir de 1929, a população norte-americana aumentou de aproximadamente 30%, a produção agrícola de 45% e a industrial de 100%. Toda a diferença com a França está aí...

parece em todo caso que um retorno à livre convertibilidade do franco se traduziria por uma séria baixa do nível de vida francês. Sem dúvida seria a solução puramente liberal, a dos automatismos; mas se a coexistência de povos com níveis de vida extremamente díspares era antes concebível, ela não o é mais numa época na qual a interpenetração dos homens é geral e constante. Imaginemos os peregrinos do sindicalismo francês, que são enviados periodicamente para admirar a produtividade e a eficiência norte-americanas, aceitar um rebaixamento de seu nível de vida, já inferior ao de seus camaradas do outro lado do Atlântico!

Enfim, não é de se duvidar que a integração progressiva da economia francesa na economia europeia a submeterá a um planismo vindo de fora; uma equipe, uma sinarquia internacional deverá guiar a economia nacional pelo caminho que conduz aos mercados comuns. O pool carvão-aço é incontestavelmente um instrumento de liberação da economia francesa; ele pressionará as nossas minas e as nossas fundições a se alinhar com os preços do mercado comum ou a desaparecer; tudo acontecerá como se o brusco desaparecimento das fronteiras aduaneiras e dos cartéis privados varresse as nossas empresas marginais. Mas para limitar os choques sociais de uma tal transformação, será necessário muito planismo em escala internacional. É evidente que este planismo será democrático enquanto ele levar em conta as reações de nossa opinião pública, o que levantará dois problemas distintos: o conhecimento, pela sinarquia internacional, do estado de espírito de nossos concidadãos, e a complexa educação técnica de nossos compatriotas quanto às exigências e às vantagens dos mercados unificados. Este é o drama de todo governo controlado por especialistas, mas este drama não é, finalmente, um dos mais graves que vive o nosso planeta.

**Louis R. FRANCK**